

entram em guerra

Jairo Viana

Uma verdadeira batalha de ações judiciais será desencadeada, até o final da semana, pelos sindicatos de trabalhadores e de empresários do comércio, visando frustrar e garantir o funcionamento das lojas nos dois domingos que antecederem o Natal. É o que prometem, de um lado, o presidente do Sindicato dos Comerciários, Raimundo Neves, e, do outro, o do Sindicato do Comércio Varejista, Lázaro Marques.

"Vamos entrar com ações cautelares e mandados de segurança, contra o delegado regional do Trabalho, para garantir o funcionamento das lojas nos dois próximos domingos, e evitar a repetição de fatos lamentáveis como os que ocorreram domingo passado no comércio de Brasília", disse Lázaro Marques. Que se considera respaldado não só no Decreto do Presidente da República, nº 99.467, de 1990, como no artigo 617 da CLT, para funcionar aos domingos, como já ocorre em outras capitais brasileiras.

Sob a alegação de que a entidade não foi consultada, o presidente do Sindicato dos Comerciários, Raimundo Neves, promete recorrer não só à Justiça para impedir a abertura das lojas no domingo, como se prepara para fazer piquetes nas portas dos estabelecimentos que funcionarem. "Estamos com quatro caminhões de som e mais de 400 apitos para impedir o funcionamento das lojas", garante Raimundo.

Acordo quebrado

Segundo Raimundo Neves, o acordo de cavalheiros feito com o representante patronal foi quebrado, motivo pelo qual ele se recusa a assinar a convenção coletiva de trabalho permitindo o funcionamento das lojas aos domingos. "Eu e o Lázaro fizemos a pesquisa pessoalmente, no ParkShopping e no Conjunto Nacional, com o compromisso de respeitarmos o resultado da enquête", conta Raimundo.

"Na pesquisa, 61% dos entrevistados manifestaram-se contra o funcionamento do comércio aos domingos. Por isso, eu não poderia ficar contra a maioria de meus companheiros. Devido ao resultado contrário, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista não cumpriu a palavra empenhada", disse.

Lázaro Marques, por sua vez, está confiante no pronunciamento favorável da Justiça, não só porque conta com o sinal verde da Federação dos Trabalhadores no Comércio para assinar os acordos com os trabalhadores, como também está fundamentado no artigo 617 da CLT.

Acordo deve estar assinado

As empresas do comércio varejista, que abrirem suas portas no próximo domingo, deverão estar com toda a documentação em dia. Ou seja, acordo assinado com os comerciários que se disponham a trabalhar, o qual deverá ser depositado na Delegacia Regional do Trabalho. "A empresa que não tiver essa documentação será fiscalizada e multada, se estiver irregular", garante o delegado Regional do Trabalho, Olavo Silveira de Melo. "A loja que tiver depositado o acordo na DRT não passaremos nem na porta", disse.

Olavo Silveira — que até ontem

à tarde não havia recebido o ofício da Federação dos Trabalhadores no Comércio liberando os trabalhadores para assinarem o acordo com as empresas —, afirmou que mesmo depois de receber o documento vai necessitar da assessoria jurídica do Ministério do Trabalho, para interpretá-lo.

Segundo o delegado, a Federação dos Trabalhadores no Comércio tem prazo até a próxima sexta-feira para se manifestar no processo sobre o funcionamento do comércio aos domingos, uma vez que o documento dos comerciários solicitando sua participação nas negociações é datado do dia 5 último.

Trabalho não é obrigatório

Nenhum comerciante é obrigado a trabalhar no domingo, se não quiser, garante o delegado Regional do Trabalho, Olavo Silveira de Melo. Os que pretenderem trabalhar terão que firmar um acordo com a empresa, a fim de ficar legalmente respaldado. O presidente da Federação dos Comerciários, José Neves, aconselha aos empregados que mantenham uma cópia do acordo em seu poder ou depositá-la na DRT, para se garantir contra eventuais descumprimentos.

Aqueles que trabalharem terão direito ao pagamento do dia e das comissões em dobro, um dia de fol-

ga na semana, Cr\$ 3 mil para refeição, vale-transporte ou condução da empresa, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Lázaro Marques.

Qualquer dúvida quanto à assinatura do acordo ou seu depósito na DRT pode ser tirada na Federação dos Trabalhadores no Comércio, localizado no 1º andar do edifício Anhangüera, no Setor Comercial Sul. "Daremos toda a assistência necessária aos trabalhadores que nos procurarem", assegura José Neves. As lojas vão funcionar das 13h00 às 21h00.

Neves vê falhas no projeto

Este projeto, que fixa o horário de funcionamento do comércio em Brasília, "é arcaico e feito de afogadilho, sem consulta aos principais interessados". Esta é a opinião do presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio, José Neves Filho, sobre o projeto de lei ora em tramitação na Câmara Legislativa do DF, e que deverá ser apreciado pelos deputados distritais amanhã.

Neves sugere a inclusão das lojas de produtos agrícolas e de autopeças no rol de estabelecimentos que poderão funcionar aos domingos. "Com isso, facilitaremos o acesso do produtor rural às sementes, defensivos e insumos agrícolas", justifica. Quanto às casas de autopeças, Neves defende sua inclusão sob o argumento de que carro não tem hora para dar defeito. "As lojas poderiam funcionar em regime de plantão, como ocorre com as farmácias", explica. A seu ver, com estas medidas, o Legislativo colocaria o consumidor em pri-

meiro plano, o que não acontece no atual sistema.

Nos próximos dias Neves vai propor à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio uma mobilização em todo o País, em torno da questão do horário de funcionamento do comércio.

O presidente do Sindicato dos Comerciários, Raimundo Neves, já entregou ao relator do projeto, deputado Eurípedes Camargo (PT), a sugestão para alterá-lo naquilo que a categoria não concorda. "As empresas que optarem pela abertura de seus estabelecimentos na segunda-feira antes do meio-dia terão que fechar suas portas sábado às 12h00", sugere.

Já o presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Lázaro Marques, só tem uma sugestão para melhorar o projeto: liberdade de horário de funcionamento, com respeito à carga horária dos trabalhadores.